



AVANÇOS NO CONCEITO DE AVALIAÇÃO E SUA APLICAÇÃO PARA ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA

Erenice N. S. de Carvalho

Universidade Católica de Brasília, DF
Universidade Corporativa da Rede Apae

RESUMO

Este texto focaliza concepções de avaliação na escola com foco nos estudantes, destacando aqueles em situação de deficiência. Caracteriza alguns modelos de processo avaliativo e discussões atuais que apontam para a emergência de processos mais compreensivos e voltados para os estudantes como um todo, de modo a evitar discriminação e situações estigmatizantes no contexto escolar.

Palavras-chave: Processos de avaliação. Situação de deficiência. Escolarização.

ABSTRACT

This text focuses on evaluation concepts in the school with a focus on students, highlighting those in a situation of disability. It characterizes some models of evaluative process and current discussions that point to the emergence of processes more comprehensive and directed to the students as a whole, in order to avoid discrimination and stigmatizing situations in the school context.

Keywords: Evaluation processes. Disability situation. Schooling.

Introdução

Avaliação é um tema recorrente na educação e tem passado por avanços que alcançam mais as ideias do que as práticas concretas na escola. As pautas de discussão atuais remetem a reflexões e atuações voltadas aos processos avaliativos abrangentes e contextualizados. Algumas características são requisitadas para esse processo, dentre as quais, a pluralidade de atores envolvidos (avaliadores), o pluralismo temporal (tempos do estudante, da aula, do currículo) e a diversidade instrumental e metodológica. Desse modo, evita-se avaliações momentâneas, unilaterais e fixas, enquanto se valoriza sua natureza processual.



Ressalta-se nos processos avaliativos a busca do conhecimento sobre os estudantes para orientar e reorientar seu desenvolvimento pessoal, social e acadêmico, bem como a visão sobre os entornos, de modo a torná-los mais favoráveis ao alcance das finalidades educativas. Ao mesmo tempo, que o destino primordial da avaliação seja planejar, revisar e retomar a prática pedagógica, dando-lhe sentido para o processo de ensino-aprendizagem.

Igualmente almejadas, são as posturas que resultam em uma avaliação pedagógica processual, formativa, global e referencial, com predomínio de aspectos qualitativos. Que retroalimentem as intervenções pedagógicas e a visão de apoiar a comunidade escolar em suas demandas. Que possam resultar no que se espera de um processo avaliativo, enquanto produtor de políticas, culturas e práticas educacionais efetivas.

Avaliação escolar: fundamentos teóricos e conceituais

A Lei nº 9.394/1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2016), determina que a avaliação do rendimento escolar seja contínua e cumulativa, com predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e preconizando os resultados ao longo do período, em contraponto aos obtidos em eventuais provas finais (Cap. II, seção I, Art. 24). O texto legal expressa uma visão de avaliação apenas centrada no educando e nos resultados da aprendizagem acadêmica, embora avance ao considerá-la como processo com implicações de natureza subjetiva. Os processos avaliativos estão direcionados às finalidades da educação que, na Lei, são: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 2º). Do ponto de vista conceitual, os processos de avaliação evoluíram nas últimas décadas e ampliaram sua abrangência, de modo a incluir aspectos como:

- (a) gestão das aprendizagens do educando e suas relações com o saber;
- (b) metodologias e uso de tecnologias que contribuem para o aprendizado e produção acadêmica;
- (c) ressignificação do conceito de competência;
- (d) inovações nos procedimentos e instrumentos de avaliação;



- (e) expansão dos níveis de contextualização, do micro ao macrosistema e;
- (f) compreensão da diversidade como elemento de excelência, capaz de contribuir como medidas de apoio à aprendizagem escolar. Nesse entendimento, os processos avaliativos deixaram de restringir-se exclusivamente ao estudante, em favor de uma visão mais contextualizada, sistêmica e multidimensional, examinada em suas múltiplas e complexas interrelações.

Alguns conceitos abordados neste texto fomentam reflexões sobre avaliação que podem aplicar-se à educação inclusiva, em particular no que tange aos estudantes em situação de deficiência. Perrenoud (1999) denunciou a concepção de avaliação como hierarquia de excelência, pautada na normatização, comparação e classificação a que se submetiam os estudantes. Essa visão foi historicamente desvantajosa, simplista e excludente, impedindo ou dificultando o acesso e a escolarização dos que apresentavam necessidades educacionais especiais.

O autor desenvolveu o conceito de *avaliação formativa* significando “toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da *regulação* das aprendizagens e do desenvolvimento, no sentido de um projeto educativo” (PERRENOUD, 1999, p. 103). Circunscrita ao trabalho escolar, a avaliação formativa está fundamentada na pedagogia da diferenciação que implica, dentre outros aspectos: “níveis desiguais de exigência [...] e uma real heterogeneidade das competências do aluno nos diversos ramos [...]” (PERRENOUD, 1999, p. 59).

Por sua vez, mecanismos de diferenciação no processo avaliativo foram apontados por Hoffmann (1993) que, dentre outros aspectos, alertou para a inadequação de comparar estudantes entre si e seus resultados escolares, para isso utilizando padrões culturais de “normalidade”. Ao mesmo tempo, a autora combateu as expectativas de homogeneidade e uniformidade na população estudantil, como critérios básicos do processo avaliativo. Em contraponto, defendeu a *avaliação mediadora*, que privilegia, entre outros, o respeito ao momento e à história do estudante e leva em conta a perspectiva de pluritemporalidade da ação pedagógica: tempo do aluno, da classe e das aulas.

Hoffmann (1993) enfatizou, ainda, a avaliação como um processo que valoriza as diferenças, comprometido com o desenvolvimento da pessoa e de seus projetos. Nesse



sentido, preconizou medidas como: (a) conhecer o estudante, dando-lhe espaço de expressão; (b) oportunizar tarefas individuais, menores e sucessivas, propiciando acesso gradativo e contínuo aos saberes escolares; (c) dar atenção aos *momentos* do processo de construção do conhecimento, de modo a transformar as avaliações em registros significativos de acompanhamento e previsão, não se restringindo aos produtos e resultados.

Os princípios e as orientações sobre os processos avaliativos discutidos anteriormente são válidos para todos os estudantes, enquanto processos compartilhados e contínuos na busca da aprendizagem efetiva e do desenvolvimento pessoal e institucional implicados em contextos comprometidos com a educação e a formação. Nesse sentido, a escola é o local privilegiado para a realização dos processos avaliativos efetivados com a participação de múltiplos avaliadores, inclusive, dos próprios estudantes, sem distinção. Essa disposição torna-se relevante quando se aplica aos estudantes em situação de deficiência, focalizados a seguir.

Avaliação e situação de deficiência

Abordando esses aspectos em relação aos estudantes em situação de deficiência, destacam-se alguns pontos a considerar. Por um lado, a compreensão de que “especiais” não são eles, mas as respostas educacionais a demandas específicas que surgem ao longo do seu processo de escolarização: apoios, métodos, atividades, procedimentos e processos de ensino, que podem ser requeridos, bem como espaços que otimizam sua aprendizagem e seu desenvolvimento. Para isso, profissionais especializados integram o conjunto de recursos disponibilizados na educação especial, a modalidade de ensino que permeia os diversos níveis e etapas da vida escolar desses estudantes.

A situação referida anteriormente, especifica momentos da trajetória acadêmica de estudantes a quem se atribuem necessidades educacionais especiais, no ambiente escolar. Muitas vezes, os processos avaliativos que os envolvem podem requerer participação de docentes e profissionais especializados e caracterizar o que se denomina avaliação psicopedagógica (FERNANDES; VIANA, 2009). Giné (1997) conceituou essa modalidade avaliativa como um processo de apropriação e análise de informações relevantes sobre o



estudante. Para ele, tem como objetivo identificar suas necessidades educacionais decorrentes de dificuldades desenvolvimentais e outras, que podem interferir na aprendizagem. A ressalva que aqui se faz é que a avaliação psicopedagógica é pautada, muitas vezes, na visão clínica, que remete à patologização do estudante e à medicalização do ensino.

Ainda com foco no estudante em situação de deficiência, um outro modelo tem sido utilizado. Trata-se da *avaliação assistida*, uma modalidade complementar à avaliação acadêmica realizada na escola (ENUMO, 2005). Trata-se de um processo dinâmico e interativo, no qual se busca compreender os recursos cognitivos e linguísticos que o estudante utiliza na solução de questões e problemas propostos, bem como os contextos que o influenciam. É denominada *assistida* porque implica a participação e o apoio do avaliador durante o processo avaliativo.

Em relação a modelos alternativos ou complementares de avaliação escolar para estudantes em situação de deficiência, ou seja, processos diferenciados dos demais estudantes da turma, uma tendência vem se pronunciando e merece reflexão: o processo avaliativo considerado eficaz é amplo o suficiente para oferecer elementos que favoreçam o progresso dos estudantes e subsidiar as ações pedagógicas e estratégias de trabalho na sala de aula para todos os estudantes. Assim considerada, a perspectiva de avaliações “especiais” vem sendo substituída por uma aproximação cada vez maior aos modelos educacionais e inclusivos.

Para atender às questões referentes aos processos avaliativos, o Ministério da Educação (BRASIL, 2006) propôs um modelo para identificar as necessidades educacionais especiais dos estudantes, segundo uma concepção compreensiva de avaliação. Pode-se afirmar que esse modelo é aplicável à população escolar como um todo e abrange os seguintes âmbitos:

- (a) contexto educacional (instituição escolar e sua ação pedagógica);
- (b) o estudante (desenvolvimento e condições pessoais) e;
- (c) a família (caracterização do ambiente e do convívio familiar).

Na vigência desse modelo, manifestam-se demandas de apoio dos estudantes – gerais e específicas – nos aspectos cognitivo, linguístico, afetivo, motor, psicomotor, físico,



social e outros, aqui separados, mas que interagem como um todo no sistema personalidade.

Considerações finais

A visão compreensiva de avaliação adotada neste texto - sistêmica e contextualista – situa a avaliação individual em um panorama mais amplo de influências. No que diz respeito à educação, o cenário mais significativo é a escola. Os processos avaliativos visam a tornar a escola efetiva, ou seja, capaz de exercer impacto positivo sobre a aprendizagem, o desenvolvimento, a participação e a *performance* dos estudantes. Construir essa escola é um desafio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Saberes e práticas da inclusão: avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais*. Brasília, DF: MEC, 2006.

_____. Lei nº 9.394, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ENUMO, S. R. F. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. *Rev. Bras. Educ. Espec.*, v. 11, n. 3, p. 335-354, set.-dez. 2005.

FERNANDES, T. L. G.; VIANA, T. V. Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 305-318, maio/ago. 2009.

GINÉ, C. *L'avaluació de les necessitats educatives especials dels alumnes: la necessària col·laboració dels mestres i dels psicopedagogs*. *Suports*, v. 1, n. 1, p. 1-9, 1997.

HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Educação e realidade, 1993.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.